

Na dúvida, CPI não cassa nem inocenta parlamentar

JEFFERSON RUDY

O deputado Uldurico Pinto (PSB-PE) poderá ser excluído da lista de cassações da CPI do Orçamento. O deputado Zaire Resende (PMDB-MG) afirmou ontem, após o depoimento de Uldurico a uma comissão de membros da CPI, que a comissão não conseguiu reunir provas contra o deputado. "Não dá nem para cassar nem para inocentar. Por isso, devemos encaminhar os documentos para a Procuradoria-Geral da República, que aprofundará as investigações", explicou.

Os documentos, dois volumes, referem-se a várias denúncias contra Uldurico, que chegaram à CPI, após o seu primeiro depoimento, no dia 30 de dezembro último. Uldurico teria intermediado verbas para as prefeituras de Almas e Porto Alegre, do estado de Tocantins, com condição de que as obras fossem concluídas por empresas de seu interesse. Uma das empresas, a Nacional Construções, tinha como sócio, Ed Vander Pinto, sobrinho do deputado. Zaire estranhou o fato de que Ed Vander fora admitido como sócio-tesoureiro da empreiteira em 2 de janeiro de 1991, deixando a empresa apenas oito dias depois, em 10 de janeiro. Uldurico, que foi médico nos



Uldurico: dúvida beneficia

municípios de Tocantins, negou a acusação.

Na outra denúncia contra o socialista baiano, as prefeituras administradas por seus três irmãos no mesmo período (1988 a 1992), teriam desviado dinheiro do Orçamento. As prefeituras são as de Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Medeiros Neto, que receberam 1,3 milhão de dólares através de emendas apresentadas por Uldurico. A CPI recebeu cópia de um cheque de três milhões de cruzeiros, depositado em 29 de novembro de 1991 pelo tesoureiro da prefeitura de Porto Seguro, Francisco Xavier, na conta do deputado.